

Segredos de família: uma abordagem geral

Os segredos fazem parte do cotidiano e permeiam de diversas maneiras as relações entre as pessoas, afinal, todos têm seus segredos. Nas obras literárias e na dramaturgia, o segredo mostra-se uma parte fundamental que garante, inclusive, a estruturação de todo o enredo. Por intermédio de segredos, o autor faz com que os espectadores aguardem, ansiosos, a descoberta do assassino ou a revelação de algum mistério.

No tratamento psicoterápico, vemos os reflexos e as consequências tanto de segredos conscientemente conhecidos, como daqueles inconscientes, cuja presença passa a ser sentida pelo terapeuta e pelo paciente como algo que fica de fora, que não faz sentido e que, neste primeiro momento, não pode ser representado, nem posto em palavras.

Nas famílias, encontramos um terreno fértil para o surgimento e para a manutenção de segredos, tanto aqueles mantidos por um de seus membros, quanto àqueles compartilhados pelo grupo familiar. Apresenta peculiaridades em relação aos outros grupos, pois nela se entrelaçam e interagem a consanguinidade, as alianças, a filiação, além dos laços fraternos. Estes vínculos acrescentam uma importante dimensão fantasmática à dinâmica familiar. Esta organização é complexa e integra diferentes níveis psíquicos organizados em função das alianças, dos pactos e dos contratos inconscientes que organizam a vida no grupo e do grupo (Ruiz-Correa, 1992).

A família se constitui enquanto grupo primário por excelência que sustenta a estruturação do psiquismo originalmente, desde a relação mãe-bebê. Neste espaço, circulam fantasias, intensos afetos, pulsões, mecanismos de defesa e processos de identificação, assim como pactos e alianças (Ruiz-Correa, 2002).

O grupo familiar se constitui em várias etapas, dentre os quais, destacamos como ponto fundador o encontro do casal. Esse encontro, fundado numa convivência imaginária inconsciente, tem uma dimensão idealizada que se aproxima de uma aspiração de eternidade e de transcendência, progressivamente

permite a criação de um selo familiar onde se deposita o narcisismo familiar, iniciando o vínculo do casal (Ruiz-Correa, 2002).

O projeto familiar se estabelece a partir de subsistemas próprios do denominado Aparelho Psíquico Familiar, que inclui os sistemas sociais. A base do agrupamento familiar é a interfantasiação, a qual, no seu processo evolutivo é atravessada por momentos fusionais, base do sentimento de pertença, e por outros de maior discriminação e aceitação das diferenças entre seus membros (Ruffiot, 1981).

Cada grupo familiar está ligado ao estabelecimento de mitos, por exemplo, o de ser um grupo unido. Os mecanismos de defesa predominantes serão definidos em relação aos aspectos fantasiados. O grupo familiar será atravessado e organizado pelo complexo edipiano, que instaurará as diferenças entre os sexos e entre as gerações (Ruiz-Correa, 2002).

Temos observado que, em algumas famílias, o segredo não se constitui apenas como mais um dos muitos componentes desta instituição e de seu cotidiano, mas como fundamental para a manutenção dos vínculos entre seus membros. Nessas famílias, os segredos são tão significativos que o temor associado a sua descoberta pode se relacionar a angústias muito arcaicas como as de aniquilamento e de fragmentação, sentidas pela família e, em muitos casos, pelo próprio terapeuta durante as sessões.

Losso e cols.(2001) consideram os segredos como um recurso central na manutenção das lealdades familiares. Segundo os autores, os compromissos familiares fazem referência à manutenção e sobrevivência do grupo familiar, gerando em cada integrante uma situação de cumplicidade iniludível e de difícil resolução.

A família poderá interpretar e viver como traição qualquer movimento de algum de seus membros que implique a ruptura do pacto, e o conseqüente desvelamento do segredo custodiado. As tramas de lealdade veiculadas mediante os segredos determinam alianças, cisões e formações de subgrupos que ligam fortemente seus membros. Situações de crise familiar manifestas podem por em evidência pactos e alianças. Esses, por sua vez, sustentam e mantêm segredos

guardados por longo período de tempo, com grandes custos para a economia familiar e pessoal, e, no entanto, alimentam sempre a ilusão de proteção e sobrevivência (Losso e cols. 2001).

3.1

O que são segredos?

Segundo Ferreira (2010), o segredo se refere àquilo que está separado; afastado, ao que não pode ser revelado, ao que se oculta ao conhecimento; ao que promove o silêncio e se refugia no que há de mais recôndito na pessoa humana; corresponde a uma coisa misteriosa e impenetrável.

De acordo com Losso e cols.(2001) o segredo não é uma categoria individual, é algo compartilhado, ainda que na fantasia, entre pelo menos duas pessoas. Trata-se do saber acerca da coisa, e não a coisa em si mesma que constitui o segredo. A noção de segredo alude a presença de um outro supostamente interessado nesse saber, um curioso. A avaliação semântica do conceito de segredo comunica a ideia de que é um saber tratado como uma modalidade anal e implica sempre alguma ambivalência. Segundo esses autores, questões relativas ao poder são evidentes, pois o segredo pode ser visto como bem precioso e como um instrumento de prazer ou persecutório: de possuí-lo, de negá-lo ao outro, de impedir a satisfação de sua curiosidade. Outra função implicada na manutenção de segredos é a de preservar e proteger ao outro: o segredo de coisas vergonhosas, o segredo da confissão e o segredo profissional.

De La Taille (1996), ao pesquisar a gênese da noção de segredo em crianças de 3 a 12 anos, verificou que a partir dos quatro anos de idade, 100% dos sujeitos demonstraram ter noção de segredo. Eles afirmam o imperativo do sigilo, e dizem que não se confidenciam segredos a qualquer um. Quanto ao conteúdo dos segredos, a partir dos oito, eles se tornam íntimos para 85% dos sujeitos. O aparecimento da noção de segredo com 3, 4 anos não significa que a criança possa usufruir totalmente de sua posse. Somente com 8 anos, e 12 em relação aos pais, é que poderá guardá-los sem culpa, sem preocupações morais. Entre 4 e 8 anos, embora já capaz de guardá-los e disfarçar tal posse, as crianças poderão viver

ainda de forma culposa suas áreas secretas, notadamente se os adultos exigirem constantes confissões, pactos ou falsas denúncias.

De acordo com De La Taille (1996), conceber a possibilidade de ter segredos seria uma prova de que a criança separaria duas esferas de sua vida, uma pública e uma privada, esta última dizendo respeito à vida interna composta de pensamentos e sentimentos.

Freud (1894, 1896), desde seus artigos iniciais sobre as neuropsicoses de defesa, já concebia a ideia básica de que certas representações são inadmissíveis à consciência e por essa qualidade tornam-se inconscientes. Considerando o conflito entre um desejo e sua proibição como o fundamento das neuroses, Freud abre as portas para a ideia de que existem certos conteúdos que devem ser mantidos em segredo. Assim, na neurose há segredos sem que seu próprio portador saiba de sua existência.

Cabe ressaltar que a concepção freudiana sobre os segredos se dava a partir de uma perspectiva mais individual do que relacional. Em 1906, Freud faz uma distinção entre os segredos conscientes, ou seja, aqueles mantidos secretos dos outros, mas conhecidos conscientemente por aquele que o mantém, e aqueles inconscientes.

Diante do espanto dos senhores devo estabelecer primeiramente uma analogia entre o criminoso e o histérico. Em ambos defrontamos com um segredo, alguma coisa oculta. O criminoso conhece e oculta esse segredo, enquanto o histérico não conhece esse segredo que está oculto para ele mesmo (Freud, S. 1906, p.99).

Para que uma representação saia da consciência, no caso das neuroses, entra em cena o mecanismo do recalque que a separa do seu afeto correspondente, tornando-a inconsciente e ligando o afeto a outra representação, ao mesmo tempo próxima e distanciada da ideia original. O afeto ligado a uma nova representação dará origem ao sintoma neurótico que figurará como formação de compromisso entre o desejo recalcado e sua realização. Desta perspectiva, podemos considerar que o inconsciente existe para manter segredos. Podemos citar como efeitos do inconsciente na manutenção dos segredos o esquecimento e o mecanismo da censura.

Manter certas representações secretas no inconsciente cumpre um objetivo: uma representação sofrerá a ação do recalque quando se tratar de ideias de caráter incestuoso ou daquelas que ferem o narcisismo (Mijolla, 2005).

Ao considerar o retorno do recalcado, ou seja, a noção de que as ideias recalçadas buscam voltar à consciência burlando o processo da censura, Freud (1900) deixa subtendido que esses conteúdos nunca ficam totalmente secretos. Eles seriam comunicados inconscientemente através dos sintomas, dos chistes, dos atos falhos. Neste sentido, Freud considerava que uma pessoa não pode manter segredo a respeito de certos conteúdos que se deixam revelar a partir dessas formações de compromisso.

Se for verdade que a causação das enfermidades histéricas se encontra nas intimidades da vida psicosssexual das pacientes, e que os sintomas histéricos são a expressão de seus mais secretos desejos recalcados, a elucidação completa de um caso de histeria está fadada a revelar essas intimidades e denunciar esses segredos (Freud, S. 1905, p.19).

Em outro trecho do mesmo texto, Freud reitera sua opinião de que não podemos guardar segredos sem que eles de alguma maneira transpareçam.

Quem tem olhos para ver e ouvidos para ouvir, se convence que os mortais não podem ocultar nenhum segredo. Aquele que não fala com os lábios, fala com as pontas dos dedos: nós nos traímos por todos os poros (Freud, S. 1905, p. 110).

Concordamos com esta afirmação de Freud, afinal, a manutenção de certos conteúdos em segredo e de seus posteriores gotejamentos faz parte da própria dinâmica inconsciente, comum a todos os mortais. Além disto, é impossível que as relações não sejam tocadas pela existência de segredos, ainda que pela via do negativo (Imber-black,1994; Tisseron, 1997; Ruiz-Correa, 2000; Kaes, 2001).

Partindo da premissa de que é impossível não transmitir, acreditamos que um segredo, ainda que oculto a seu próprio portador, como pensado por Freud, nunca pode ser restrito a apenas uma pessoa, ele é sempre transmitido e compartilhado (Kaes, 2003).

Aulagnier (1979) assinala que o espaço psíquico não pode ser concebido senão como um lugar de comunicação e de osmose contínua com o espaço extrapsíquico que o cerca. Assim sendo, podemos afirmar que os segredos familiares relacionam-se à comunicação de “não ditos” e à forma de organização psíquica necessária a sua manutenção, que envolve poderosos mecanismos de defesa.

O segredo transita em uma complexa trama vincular inconsciente. Dentro do sistema relacional encontramos movimentos que oscilam entre esconder e comunicar (Ruiz-Correa, 1992). Guiter e Mayer (1999) afirmam que os segredos não podem ser mantidos por muito tempo, porque além do esforço psíquico empregado para mantê-los encobertos, provocam ainda o fomento de ansiedades persecutórias.

Os segredos têm uma ligação estreita com os mitos uma vez que explicam uma determinada realidade. O mito familiar inclui convicções partilhadas e aceitas a priori e que, apesar de seu caráter de irrealidade, terão uma dimensão de sagrado e de tabu, não sendo questionados para manter a homeostase do grupo, evitando que este se deteriore ou se destrua (Pincus e Dare, 1981; Ruiz-Correa, 1992).

O segredo mostra-se como um aspecto do negativo no qual há certa delimitação no sentido, que estará escondido ou proibido. Sua característica central é de ser uma construção grupal defensiva e estruturante, seja num sentido sadio ou patológico (Ruiz-Correa, 1992).

3.2

Segredos de vida e segredos de morte

Podemos considerar a existência de dois tipos de segredos. Aqueles que reforçam o prazer de pensar, vinculado a um espaço de intimidade e liberdade e os que são compartilhados ou não em família e que interferem na capacidade de integração e de organização do pensamento (Aulagnier, 1979; Kaës, 1995; Ruiz-Correa, 2000; Imber-Black, 2002).

Racamier (1996) distingue duas classes de segredos: os libidinais e os anti-libidinais. Os primeiros são segredos que se ocupam do sexo, do erotismo, do prazer, são guardados desde a infância, sobre eles se fantasiam e se compartilham em segredo. Ocupam-se das origens, da cena primária, da concepção e do nascimento, do amor. São reservatórios de fantasias e alimentam o conteúdo dos sonhos.

Losso e cols. (2001) referem-se de modo mais amplo aos segredos libidinais como segredos tróficos, ou seja, segredos que estão a serviço da vida e da boa estruturação do aparato psíquico. Cumprem a função trófica, a mesma que os pequenos segredos infantis, que permitem a criança sentir que possui um psiquismo próprio, que os adultos não podem aceder. Protegem sua identidade das intrusões do meio, e lhe dão a possibilidade de pensar por si próprio e para si próprio.

Por outro lado, os segredos antilibidinais se vinculam ao campo do narcisismo e tem uma função de atadura, impedindo a discriminação entre os sujeitos. A atadura, neste sentido, é oposta ao vínculo libidinal. Os segredos antilibidinais se referem a eventos da historia familiar que implicam transgressões às leis civis ou à moral da cultura prevalente. Referem-se a surtos, homicídios, suicídios, nascimentos ilegítimos, adultérios, comportamentos estranhos, condutas perversas, incestos ou seus equivalentes. Fazem parte do mito familiar, exercem grande pressão para manterem-se a qualquer custo e, assim, poderem permanecer ao longo das gerações (Racamier, 1996).

Freud (1908) aborda a importância do segredo dos pais em relação aos filhos sobre as questões relativas à origem. Segundo ele, é essa atitude dos pais o que permite que a criança possa, por sua vez, ter acesso à representação do segredo. É esse segredo que permitirá à criança pensar em algo interdito e proibido a ela, entendido como mensagem enigmática e provocadora do pensamento (Aulagnier, 1979; 1986 e Mijolla, 2005).

Ruiz-Correa (1992) assinala os segredos individuais como aqueles que protegem a autonomia e assinalam o início do processo de separação e individuação. Vários autores, dentre eles Guiter e Mayer (1999), assinalam que, mais importantes que compartilhar o segredo em família, são os motivos que

levaram determinado tema a se tornar um segredo, bem como a maneira como ele será tratado.

Aulagnier (1979) aborda o processo de criação de um primeiro espaço do segredo, indispensável para a existência pensamento autônomo e do Eu. Segundo ela a atividade do pensar produz um primeiro espaço autônomo no *infans*, que tornará secreto seus pensamentos, eliminando assim a “transparência”, ainda que ilusória, entre a psique materna e a da criança.

A autora se interessará pela constituição do Eu da criança a partir do encontro com um Outro, neste caso, o simbólico da mãe. Ela afirma que para que o Eu possa constituir-se, será necessária a existência de um porta-voz, normalmente representado pela figura da mãe, que transmitirá de maneira metabolizada a realidade externa à criança. O discurso da mãe será também o representante de uma ordem exterior que enunciará à criança suas leis e exigências. Portanto, os conteúdos dos quais a mãe é portadora são ancorados na cultura e marcados pela Lei, sendo isto estruturante.

A psique materna terá uma função de prótese que permitirá à psique da criança encontrar uma realidade já remodelada pela psique materna e tornada, graças a ela, representável. A mãe suporá necessidades em seu filho e as transformará em desejos da criança. Ela interpretará nas atividades corporais do bebê suas necessidades e se prontificará a atendê-las para que possa haver a sobrevivência, tanto física quanto psíquica, da criança.

A maneira idealizada pela qual a mãe se relacionará com seu bebê através do discurso será denominada por Aulagnier sombra falada.

A mãe atribui às funções corporais o valor de uma mensagem, veredicto ao verdadeiro e ao falso do discurso pelo qual fala o *infans*, podendo sua autonomia ser ressentida como negação da verdade de um discurso sobre o corpo da criança, suas necessidades, sua espera que se pretende justificado pelo saber materno (Aulagnier, P., 1979, p. 112).

A autora dirá que a primeira intromissão de um psiquismo em outro, ainda rudimentar, se fará por um ato de violência denominado de violência primária. Essa violência será fundamental e estruturante, na medida em que é a partir dela

que o bebê pode receber o legado do recalque e da cultura humana através do discurso da mãe.

Essa primeira violência exige da mãe que esta tenha superado suas veleidades infantis, que o recalque em si tenha sido bem fundamentado e que a mãe suporte as projeções de seu bebê.

Sendo um processo fundador do Eu, da atividade de pensamento e da vida psíquica de modo geral, a violência primária deverá ser exercida pela mãe, caso contrário, estarão abertas vias para patologias graves, como as psicoses.

Esse primeiro momento da violência primária será fundamental e permitirá o surgimento de uma capacidade nova no bebê que será a atividade de pensar. É justamente porque a mãe pôde transmitir seus conteúdos ao bebê que este poderá ter acesso a essa atividade.

Aulagnier (1979) dirá que o surgimento dessa atividade será sentida pela mãe de maneira ambígua. Esta função é esperada por ela, pois atesta sua suficiência em prover o desenvolvimento de seu filho, mas também é temida. Esse temor surgirá da dúvida sentida pela mãe quanto aos desejos e sentimentos de seu filho. Surgirá a dúvida quanto ao que poderá pensar – um pensar diferente do seu - e se seu filho realmente a ama. Ainda que a mãe imponha necessidades ao filho, transformando-as em desejos, o surgimento da capacidade de pensar do bebê já não é algo tão palpável para ela quanto as funções corporais, a fome e a necessidade de asseio.

Caso a mãe suporte e invista com alegria essa nova aquisição da criança, a violência primária será esquecida e dará lugar a novas aquisições mais autônomas. Entretanto, se a mãe não suportar essa nova atividade, desconhecida de seu saber, ela imporá à criança seus pensamentos, e alimentará um desejo de manutenção dos mesmos. Esse desejo mortífero será denominado de violência secundária, caracterizado por um excesso.

A mãe sabe, por sua própria experiência, que o pensamento é, por excelência, o instrumento do disfarce, do oculto, do segredo, o lugar possível da mistificação e do engano. A criança não pode, a não ser ao preço de sua vida, recusar-se a comer, dormir e defecar por muito tempo, mas ela pode tentar preservar um

espaço solitário e autônomo, onde ela possa pensar o que a mãe não sabe ou não gostaria que ela pensasse. (Aulagnier, P., 1979, p. 123-124)

A atividade de pensar da criança introduz outro elemento muito importante que é a dúvida da mãe em relação ao objeto de suas idealizações. Surge a pergunta de saber se o objeto amado é igual ao objeto criança-real. A maneira como essa dúvida será tratada pela mãe será fundamental para o bom desenvolvimento das capacidades da criança. Se as suposições idealizadas da mãe não cederem lugar à dúvida sobre a realidade do objeto, ocorrerá tanto um ataque ao pensamento autônomo da criança, como um “enfiar” de suposições, dos quais a criança não terá meios de escapar. A criança será tratada por sua mãe como igual a si, numa relação basicamente narcísica. Sendo assim “esta atividade na qual o segredo deve permanecer possível deverá tornar-se uma atividade submissa a um poder-saber materno, só podendo abrigar pensamentos que o saber materno decreta lícitos” (Aulagnier, 1979, p. 124).

A autora atribuirá aos efeitos da violência secundária a psicose em suas diferentes manifestações com vivências extremamente invasivas, como as alucinações auditivas, os delírios de roubo do pensamento, as imposições de ideias, dentre outros fenômenos.

A partir dessas proposições, podemos concluir a necessidade de um espaço do segredo como vital e fundamental, tanto para a constituição, quanto para a organização do Eu e do psiquismo de modo geral. Quando esse espaço é violado, estaremos diante de inúmeras patologias, especialmente as narcísicas.

Na vertente negativa dos segredos, deparamo-nos com situações cujos conteúdos acabam se tornando secretos porque provêm de traumatismos, de feridas narcísicas e de lutos não elaborados. Muitas vezes, os segredos têm menos a ver com o que está sendo escondido, do que com a vergonha ou angústia que causam (Guiter e Mayer, 1999; Losso, 2001e Losso e cols., 2001).

Algumas vivências, quando não elaboradas, escondidas ou proibidas acabam sendo transmitidas como irrepresentáveis e têm expressão em algumas áreas psíquicas e somáticas (Azevedo, 2006; 2009). Os silêncios, os *brancos* da história familiar, aquilo que não se fala são denominados objetos não

transformáveis, e quando transmitidos, constituem o negativo da transmissão, são sempre derivados de traumatismos na história familiar e instauram uma censura familiar em seu entorno (Kaes, 1997, Ruiz-Correa, 2002).

3.3

A transmissão do segredo de família

O grupo familiar é o lugar privilegiado da transmissão psíquica. Nele são geradas as identificações significativas, que são a base do processo de transmissão, e também as diversas modalidades de representação e interpretação da herança genealógica recebida. (Ruiz-Correa, 1992; Benghozi, 1994, Kaes, 2003)

Pode-se distinguir dois tipos de transmissão psíquica interligadas e complementares:

1. A intergeracional, que inclui aspectos da metabolização do material psíquico transmitido por uma geração próxima que, transformado, passa à seguinte. Nesta modalidade, a transmissão percorre o tecido relacional intragrupal e as relações objetais, constituindo a herança positiva da filiação.
2. A tranegeracional refere-se a uma modalidade defeituosa da transmissão que inclui os objetos psíquicos de uma herança genealógica mais distante, na qual encontramos lacunas e vazios de transmissão. Estes são aspectos que não apresentam possibilidade de simbolização. Inclui o que foi escondido ou calado pelos ancestrais, bloqueando os processos de transformação psíquica, por exemplo, doenças, transgressões familiares e sociais, humilhações, desconhecimento dos genitores reais e diversos traumatismos. Os segredos de morte relacionam-se a esta modalidade de transmissão psíquica.

Sem dúvida, fazemos parte de uma cadeia geracional da qual somos tributários e portadores. Dessa perspectiva, as ofertas e referentes identificatórios provenientes das gerações anteriores são fatores que contribuem na constituição

do psiquismo. Somente com a condição de alguma transformação, é possível apropriar-se daquilo que nos é transmitido.

São formuladas diversas questões acerca do que é transmitido e quais são os fundamentos que se constituem em seus intermediários. A esse respeito há diferenças entre os autores que se ocupam do tema. Entre eles, alguns põem ênfase na transmissão do não significado. Outros, como Tisseron (1997; 2001), retomando as ideias de Abraham e Torok (1987), vão pensar na transmissão do símbolo fragmentado. O símbolo psicanalítico contém de forma integrada o aspecto representativo (percepção, traços, imagens), o afetivo, o motor e o verbal. Porém, quando o símbolo está fragmentado, isto se dá porque existem falhas em sua produção e são transmitidos apenas alguns aspectos de seu conteúdo, cancelando outros, ou através de incongruências em sua forma de expressão. É através do discurso, da vocalidade e da minigestualidade, que poderemos falar da expressão dos ditos símbolos fragmentados (Tisseron, 2001; Werba, 2002).

Tisseron (2001) postula que certas imagens mentais são portadoras da transmissão, e que estas imagens se constituem tanto a partir da própria vida libidinal, como pelas indicações e por rastros de experiências dolorosas dos ascendentes não elaboradas e ou de algum tipo de registro de indícios sobre a existência de segredos familiares não desvelados.

A tensão interna por ser o portador de um segredo faz com que se tenha uma série de atitudes e comportamentos que revelam seus aspectos parciais ou incompletos. Observam-se comentários e gestos que acabam levando a inquietações nas relações familiares, podendo criar patologias cada vez mais complexas através desse processo de transmissão psíquica (Ruiz-Correa, 1992; Tisseron, 2001).

Ruiz-Correa (2000) afirma que a forma de transmissão destes segredos é sempre não-verbal podendo ser veiculado pelos rituais familiares. Esses rituais se apresentam em forma de comportamentos, palavras, manifestações corporais ou por uma montagem de cenas da vida familiar, sempre repetitivas, onde cada membro deverá ocupar um lugar e desempenhar uma função para que o grupo não se desorganize e se mantenha.

Neste sentido, temos verificado que muitas vezes o conteúdo de um segredo é conhecido por um indivíduo ou mesmo pela família, entretanto, não é possível que se faça a ligação devida entre o segredo, seus vestígios e suas consequências. Nesses casos, o processo defensivo seja por meio do recalque, negação ou rejeição, parece incidir não sobre o conteúdo, mas sobre as próprias ligações (Bion, 1967).

Em outros casos, observamos que um fato é compartilhado conscientemente em família e mantido secreto por ela. Sobre certos conteúdos paira uma censura que deverá ser preservada por todos, sob a ameaça de uma angústia terrível, que espreita os membros da família caso haja a menção da descoberta deste segredo. Ainda que seja um segredo conscientemente partilhado, cada indivíduo da família fará um imenso esforço para que os outros membros do grupo não descubram que ele sabe que certo segredo é conhecido. O interessante é que, em família, vemos essa estratégia ser adotada por grande parte dos familiares em pactos de lealdade. Assim, o segredo é mantido, à custa de um “esquecimento” coletivo, ainda que de fato haja a recordação diária desse determinado acontecimento.

Mesmo que não se saiba sobre o conteúdo de um segredo, ainda assim, podem ser percebidos em família silêncios sobre certos assuntos, sensações de estranheza, comportamentos que não se podem explicar, além de constrangimentos diante de certos temas e situações. Nestes casos, pode-se chegar à conclusão de que existe alguma coisa secreta, mesmo que não se saiba o quê.

Observamos, na clínica com famílias que com o andamento da terapia e após certo trabalho de “escavação”, os pacientes passam a se dar conta de que têm alguma coisa que fica de fora, que não se sabe e sobre a qual não se pode falar e, muitas vezes, nem se pensar em família. Entretanto, por serem determinados fatos tão fortemente rejeitados ou impensáveis, podemos testemunhar os prejuízos físicos, psicológicos e sociais sofrido por essas pessoas que se veem sem os recursos necessários para prover suas vidas de sentido e, portanto, de um desenvolvimento saudável (Lisboa e Féres-Carneiro, 2008).

Observa-se que, na dinâmica da censura e do segredo familiar, o acesso à representação em imagens e à possibilidade de fantasiar sobre determinados fatos,

encontra-se bloqueado como nas situações vivenciadas como impensáveis. Em outros casos, o segredo sobre determinada circunstância faz com que seus envolvidos se percam em fantasias, que além de não manterem qualquer contato com a realidade, não contribuem para a elaboração daquele conteúdo (Ruiz-Correa, 2000).

As histórias familiares transmitidas com lacunas, repletas de fatos “mal contados”, acabam por favorecer a existência de fantasias que buscam fornecer explicações para aquilo que falta nos relatos e na história familiar propriamente dita (Tisseron, 2001).

Werba (2002), ao abordar a problemática da transmissão, fará importantes considerações sobre as relações existentes entre os lutos ancestrais e os segredos provenientes de gerações anteriores, bem como seus efeitos sobre as gerações seguintes.

A autora definirá os lutos ancestrais como lutos não processados, em que os ancestrais seguem tendo presença através dos descendentes de modo patológico. Estes ancestrais são personagens idealizados, cuja representação foi investida com uma forte carga libidinal e/ou hostil e, ao modo de mortos vivos, não alcançaram, por diferentes razões, uma verdadeira sepultura psíquica em seus descendentes.

Assim, como mortos-vivos, seguem tendo vigência nas gerações posteriores, capturando e alienando setores do psiquismo de um ou de vários de seus descendentes. O processo identificatório, nesse caso, não responde somente aos investimentos feitos no espaço intrassubjetivo e libidinal próprio do sujeito. Trata-se de um processo inconsciente, no qual um ou vários membros de uma família são identificados pelo ascendente, em relação a um terceiro - o ancestral, e investidos com carga libidinal e/ou hostil destinada a esse (Werba, 2002).

Os descendentes, ao tomarem para si esta designação, mantêm um setor de seu psiquismo atrelado a uma identificação alienante. Esse tipo de identificação é considerado alienante, porque os despoja da possibilidade de aceder à verdade de sua identidade e, portanto a sua própria historização. Desse modo, o indivíduo fica encerrado em uma situação de difícil saída, mas que, por outro lado, lhe concede

um benefício narcisista de não ter que elaborar as diferenças sexuais e geracionais que lhe impõe a superação do conflito edípico (Werba, 2002).

Os lutos ancestrais patológicos se assemelham ao mecanismo do recalque aos quais não se pode ligar o afeto à palavra. Esses afetos são, na maioria das vezes, provocados pela morte de figuras significativas. Entretanto, os lutos patológicos se diferenciam dos afetos sentidos de forma justificada frente a uma perda significativa. Nas circunstâncias que envolve a patologia, a dificuldade de tramitação não se refere somente a uma perda própria, mas sim a uma perda não elaborada, sofrida pelo ascendente, que produz efeitos e impõe um trabalho psíquico inconsciente adicional à descendência. Quando na primeira geração se enclausura o processamento de um luto, as gerações seguintes não recebem as condições para a nomeação das emoções associadas aos efeitos de tais experiências (Werba, 2002).

Os segredos ancestrais, por sua vez, aludem à existência, na história familiar, da realização de feitos proibidos, tais como assassinatos, estupros, infidelidade, atos incestuosos, surtos, etc. cometidos ou submetidos por algum antepassado e que foram hermeticamente guardados. Em uma particular modalidade de clivagem do Eu, o conteúdo deste segredo pode ser encriptado, conforme assinalado por Abraham e Torok (1987).

De acordo com Werba (2002), esse espaço guardará também, de forma impermeável, tanto emoções ligadas a um gozo proibido, quanto intensos sofrimentos que aludem à cena, objeto do silenciamento, em que o sujeito pode ser participante direto ou indireto. O importante não é tanto o conteúdo do segredo, em geral de difícil ou de impossível acesso, mas sim a transmissão de sua estrutura e das roupagens com que se revestem suas manifestações. Nesses casos, pode-se observar que seus portadores têm a necessidade, eles mesmos, de desenvolver seus próprios segredos na tentativa de cobrir o vazio deixado pelos ascendentes. Tanto nos lutos como nos segredos provenientes de gerações anteriores, os descendentes receberão a carga de tomar para si aquilo que corresponde a uma história que em parte não lhes é própria e deverão realizar com ela algum tipo de trabalho psíquico adicional destinado à elaboração do que gerações anteriores deixaram em suspenso. Para poder aceder a sua própria

historia e, portanto, apropriar-se de sua subjetividade, deverão poder liberar-se das identificações inconscientes alienantes, possível apenas a partir da elaboração (Werba, 2002).

De acordo com Tisseron (2001), o indizível na primeira geração se transforma em inominável na segunda e em impensável na terceira. Tais experiências emocionais ao não terem sido nominadas pelos pais, não puderam ser objeto de nenhuma representação verbal nos descendentes, o que conduz a um processo possivelmente frustrado, defeituoso, da simbolização.

Especialmente em períodos turbulentos em que pai ou mãe portador de uma cripta se descompensa, por exemplo, com transbordamentos de angústia, de cólera, de episódios depressivos, etc., o filho deve realizar um trabalho psíquico destinado a compreender o que se sucede. Nesse ambiente dramático, os atos estranhos e os restos de palavras podem favorecer ao descendente construções mais estranhas ainda.

O inominável pode adquirir a forma de fobias, compulsões, obsessões, problemas de aprendizagem, etc., que não estão somente ligadas ao conflito entre o desejo e a proibição, mas também ao conflito entre o desejo de saber e compreender e as dificuldades que o contexto impõe ao dito conhecimento (Tisseron, 2001).

Faimberg (1996) afirma que o processo identificatório inconsciente alienante congela o psiquismo em um eterno presente. Quando se conhece a historia secreta, pode-se modificar os efeitos que ela tem sobre o Eu, bem como a clivagem alienante que sustenta este processo. Este procedimento de desidentificação permite restituir a historia, que pode então permanecer no passado. A desidentificação, em consequência, é a condição da liberação do desejo e da constituição do futuro.

3.4

Fontes dos segredos e vergonha

Os segredos podem surgir de fatos reais que se procura esconder ou de fantasias que, por não poderem ter expressão, tornam-se segredos. Podem ser consciente ou inconscientemente partilhados entre os membros da família e transmitidos para outras gerações, confundindo-se às vezes com o mito familiar. As origens, o sexo e a morte são fontes de fantasias e de segredos poderosos que interferem em toda a vida de uma pessoa e/ou de uma família em sucessivas gerações (Pincus e Dare, 1981).

Ruiz-Correa (1992) e Imber-Black (2002) apontam o dinheiro, os vícios, os desvios de comportamento, as doenças, as adoções por infertilidade, o incesto, dentre outros, como os temas mais frequentemente cercados por segredos. Os autores enfatizam que esses temas são mobilizantes e geralmente encontram-se cercados por tabus culturais e repressões. Sendo descobertos, normalmente envolvem a sanção social, gerando intensas angústias e sentimentos de humilhação e vergonha, sendo a última um importante mantenedor dos segredos.

Segundo Ferreira (2010), vergonha se refere à desonra que ultraja, humilha, ao opróbrio, ao sentimento penoso causado pela inferioridade, à indecência ou indignidade, ao sentimento de insegurança causado por medo do ridículo e do julgamento dos outros, à timidez, ao acanhamento e ao decoro, dentre alguns outros sentidos.

Para Fossum e Mason (1986) do ponto de vista psicológico a vergonha é:

Um senso íntimo de ser completamente diminuído ou ser insuficiente como pessoa. É o *self* julgando o *self*. Um momento de vergonha pode ser uma humilhação tão dolorosa ou de uma indignidade tão profunda que o indivíduo sente-se roubado de sua dignidade ou exposto como basicamente inadequado, mau ou digno de rejeição. Um senso abrangente de vergonha é a premissa contínua de que o indivíduo é fundamentalmente mau, inadequado, defectivo, indigno ou não completamente válido como ser humano (p. 5)

A vergonha é um sentimento que organiza o tecido grupal familiar e se solidariza a tarefa de manter certos conteúdos em segredo. Relaciona-se com os

ideais que devem ser mantidos socialmente, envolvendo, assim, o olhar do outro que pode aprovar ou não determinada conduta. Notamos a presença da vergonha em acontecimentos que vão contra as leis sociais ou o código moral. Em algumas famílias, certos segredos figurarão como motivo de vergonha por representarem uma espécie de mancha na imagem familiar.

Um trabalho de Mason (1994) constatou que, em um grupo de cinquenta mulheres, todas, com exceção de uma, relataram a existência de segredos de cunho sexual compartilhados em família: gravidez, estupro, doença venérea, envolvimento amoroso extraconjugais, abuso sexual, aborto, promiscuidade, homossexualismo, dentre outros. Conforme apontado por este autor, esses segredos não seriam necessariamente vergonhosos, mas foram descritos e recordados como fontes de vergonha.

A vergonha é sentida, então, quando se transgride uma ordem social e moral, e também quando se é vítima dessas transgressões. Este fato pode ser verificado pelas dificuldades que as vítimas de violência sexual, por exemplo, têm, em função da vergonha que sentem e da humilhação vivenciada, em revelar seu segredo a alguém e, conseqüentemente, obter algum tipo de ajuda para conseguirem elaborar a experiência traumática.

Alguns autores vão apontar a vergonha e o surgimento de angústias muito intensas como os diferenciadores entre segredos genuínos cuja finalidade é preservar a intimidade e os segredos destrutivos (Ruiz-Correa, 2000; Imber-Black, 2002).

A vergonha relaciona-se a outras experiências como é o caso daquelas provocadas pelas feridas narcísicas. Segundo Mijolla (2005), a elaboração teórica do narcisismo por Freud (1914) e a criação de novas entidades psicopatológicas, como as personalidades narcísicas e os estados limites, levaram à concepção da noção de ferida narcísica para descrever as conseqüências, no plano narcísico, de um traumatismo proveniente de fatores interiores ou exteriores ao aparelho psíquico.

Certas situações são vivenciadas como intoleráveis, pois ferem a imagem que o sujeito tem de si mesmo. Elas acarretam vivências que misturam

sentimentos de vergonha, frustração e humilhação que se aliam à experiência de um estrago sofrido e tido como irreparável, e cuja única saída seria então, o segredo.

Esse parece ser o caso de alguns pais que fazem as chamadas adoções “à brasileira” e optam por manter segredo sobre as origens do filho, o que se mostra particularmente mobilizantes quando estão em pauta questões relativas à esterilidade de pelo menos um dos cônjuges. Nesses casos os filhos vivem uma vida limitada, sem poder saber sobre a história de suas origens, tendo muitas vezes minados sua capacidade de pensamento, sua curiosidade e outros aspectos de sua vida afetiva. Assim, a adoção, que às vezes é até sabida por outros, torna-se inconfessável e inabordável. Vemos que a adoção em si, assim como os sentimentos do filho em relação ao assunto, são muito menos relevantes do que o fato dos pais adotivos se sentirem profundamente humilhados por não terem podido conceber por meios naturais. Muitos autores abordam este assunto, incluindo além das conhecidas adoções clandestinas ou “à brasileira”, os casos de fertilização *in vitro* e inseminação com óvulo ou esperma de doadores anônimos (Imber-Black, 1994; Hartman, 1994; Schaffer e Diamond, 1994; Ruiz-Correa, 2000).

3.5

Cisão e refúgio psíquico

Searles (1959) escreveu um artigo onde descreve algumas maneiras de enlouquecer o outro e motivos subjacentes a isto. Suas observações fornecem-nos elementos importantes na compreensão sobre como a manutenção de certos segredos pode ser enlouquecedora, assim como a estratégia utilizada na sua sustentação. O autor afirma que “o início de qualquer interação interpessoal que tende a criar um conflito emocional no outro – a ativar várias áreas de sua personalidade em oposição entre si – tende a levá-lo a loucura” (p.46). Nas situações familiares que envolvem segredos de morte, instala-se um primeiro conflito indissociável ante a querer saber e não poder saber ao mesmo tempo,

sendo esta situação, por suas características, enlouquecedora. Ruiz-Correa (2000) aponta para a condição dissociada daquele que guarda um segredo.

Aquele que guarda um segredo doloroso está sempre dividido entre a possibilidade de libertar-se, confiando-o a outros, e de guardá-lo, a fim de evitar dor e sofrimento naqueles que participam de sua engrenagem, uma vez que todo segredo tem sempre uma dimensão intersubjetiva (Ruiz-Correa, 2000, p. 109).

Dentre as técnicas para levar o outro à loucura apresentadas por Searles uma em particular se aproxima do que temos observado na clínica com famílias. Trata-se de um modo de comunicar-se, simultaneamente, em dois ou mais níveis de ligação e de comunicação não relacionados. Isso exige que o outro dissocie sua participação em um ou outro nível, ou ainda, nos dois. Nesta circunstância o sujeito percebe a inadequação de suas respostas em determinado nível, uma vez que lhe parece estar inteiramente desvinculado do que se passa no outro nível, mais consciente e aberto. Neste trabalho o autor faz considerações similares àquelas feitas por Baterson (1956; 1978) sobre o duplo vínculo e as mensagens paradoxais.

Há demandas simultâneas e contraditórias em diferentes níveis. Cada pessoa da família deve saber de um segredo, ainda que inconscientemente, para poder partilhar a vida em comum e, ao mesmo tempo, não pode saber, no nível consciente, para poder continuar a usufruir dela. Essa situação pode ser considerada enlouquecedora, porque faz uma exigência que é paradoxal em si mesma, não podendo ser realizada, senão pela cisão dos objetos e do Eu, afetando o conhecimento tanto da realidade interna, quanto externa.

A cisão diz respeito a um mecanismo primitivo de defesa e consiste na adoção pela mente de dois pontos de vista separados, que convivem lado a lado. A cisão refere-se à possibilidade de dissociação da realidade ou de dilaceração interna do próprio Eu. No caso do fetichismo, isto se verifica, já que as ideias da ausência e da presença de pênis na mulher convivem simultaneamente. Ainda que um desses pontos (presença de pênis na mulher) esteja reprimido, o mecanismo operante é o desmentido (Mijolla, 2005).

As cisões também podem ocorrer em relação aos objetos, separados em bons e maus, e também ao Eu, cujas partes intoleráveis são expulsas pela identificação projetiva. Para M. Klein e W. Bion, a cisão do objeto implica sempre uma cisão do Eu. O uso massivo deste mecanismo de defesa produz como efeitos a fragmentação do Eu, que, por sua vez, dá origem ao medo de aniquilamento (Hinshelwood,1992; Mijjola, 2005). Para Tisseron (2001) os segredos de família estão sempre ligados à cisão.

Viver em uma família cuja dinâmica é regida por segredos pode levar um indivíduo, ou mesmo toda a família, a se manter no que John Steiner (1997) chamou de refúgio psíquico. O refúgio psíquico é uma organização defensiva que fornece ao sujeito uma área de relativa tranquilidade e proteção contra as tensões, os conflitos e a ansiedade sentida como intolerável.

O alívio fornecido pelo refúgio psíquico é obtido à custa do isolamento, da estagnação, do retraimento e da paralisação quase completa do desenvolvimento.

Segundo Steiner:

O refúgio funciona então como uma área da mente onde a realidade não precisa ser encarada, onde a onipotência e a fantasia podem existir sem restrições e onde tudo é permitido. Esta característica é, muitas vezes, o que torna o refúgio tão atraente para o paciente e, em geral, envolve o uso de mecanismos perversos e psicóticos (Steiner, J., 1997, p. 19).

O sujeito lança mão dos refúgios psíquicos como meio de defender-se dos conflitos e ansiedades, o que proporciona também alívio, obtido graças à ruptura, maior ou menor, com a realidade. Tal ruptura pode se dar com a realidade interna ou externa e foi denominada por Steiner de relação perversa com a realidade. Nesse tipo de relação, a realidade não é totalmente aceita, nem é totalmente negada, e tal situação se aproxima da noção de fetichismo apresentada por Freud em 1927. Há casos em que a retirada da realidade pode se tornar tão frequente que deixa de ser um abrigo transitório e passa a ser um modo de vida, e o sujeito “pode vir a habitar um tipo de mundo de sonho ou fantasia que ele prefere ao mundo real” (Steiner, J. p. 107).

Constatamos na clínica com famílias que onde há segredos advindos de traumas e lutos não elaborados, que tal estratégia é comumente utilizada. É tão grande o esforço para que a realidade de um fato que produza sofrimento seja apagada, que a família faz do refúgio um modo de vida. Entretanto, longe de obter o efeito desejado, o que acontece é que determinada realidade nem é totalmente apagada, nem completamente aceita, sendo assim, os conflitos e ansiedades dela provenientes continuam sem elaboração e sendo transmitidos transgeracionalmente. O que sobra para essas famílias, muitas vezes, é a estagnação, o isolamento e a paralisia do desenvolvimento pessoal, psíquico e relacional de seus membros. Cabe frisar que a relação perversa com a realidade, leva não só a evasão, mas, principalmente, à representação deturpada e à distorção da verdade.